

**Notas da reunião entre as Diretorias da
PETROS e da AEPET em 21 de julho de
2003, na sede da PETROS.**

(anexas à carta AEPET 051/03)

No dia 21 de julho de 2003, entre as 17:30 h e as 20:00h, nas dependências da *Petros*, ocorreu reunião entre as diretorias da *Fundação* e da *AEPET*. Participaram o presidente Wagner Pinheiro, os diretores Mauricio Rubem, Sergio Lyra e Ricardo Martins e o secretário geral, Newton Carneiro, pela *Petros* e o presidente Fernando Siqueira, o diretor Diomedes Cesário e o conselheiro Sydney Reis, pela *AEPET*. Foi observado o seguinte temário (proposto na carta AEPET nº 038/03, de 09/07/03):

- Encerramento do Plano Petrobrás Vida (PPV);
- Reabertura imediata do Plano Petros, para todos;
- Criação de um GT para propor correções no Plano Petros; e
- Perícia judicial, em conformidade com a ACP 2001 001 096.664-0 (em curso na 18ª Vara Cível do Rio de Janeiro).

Abrindo a reunião, Fernando Siqueira distribuiu aos presentes notas preparadas pela Entidade que foram entregues ao presidente José Eduardo Dutra, da Petrobrás, por ocasião da primeira audiência concedida à *AEPET*, em janeiro deste ano. Nesse documento constam a finalidade e alguns dos principais feitos da *AEPET*, destacando-se:

- a inserção do monopólio estatal na constituição de 88;
- a campanha vitoriosa contra a revisão constitucional que quebraria o monopólio, em 93;
- a luta em 1995, em que o Presidente Fernando Henrique acabou conseguindo quebrar o monopólio.

O documento contém ainda algumas sugestões para a nova administração da PETROBRÁS, dentre elas a de “corrigir a política de gestão da PETROS, de forma a recuperar a confiança dos participantes”.

Em seguida, discorreu sobre os três primeiros itens da pauta desta reunião, destacando que:

- o PPV está suspenso pela Justiça;
- o *Plano Petros* foi fechado, ilegalmente, pelo antigo CA da Petrobrás; e
- é oportuna a criação de um GT para estudar melhorias no *Plano Petros*, a ser constituído por representantes do *Comitê em Defesa dos Participantes da Petros – CDPP* - da *Petros* e da *Petrobrás*.

O presidente Wagner Pinheiro iniciou sua intervenção afirmando que esses assuntos seriam debatidos com total transparência, mesmo que provocassem divergências. Em prosseguimento, relatou que em suas viagens e nas dos diretores feitas com frequência, os temas mais sugeridos pelos participantes têm sido limite de idade, cálculo de pensões e a reabertura do Plano Petros. Especificamente sobre o último tema, expressou que “É um anseio dos trabalhadores. Hoje temos os novos empregados sem qualquer plano, sendo que dois morreram nessa condição”.

Em relação a atuação da nova diretoria da *Petros* destacou que:

- o início dos trabalhos foi dedicado “a apagar incêndios” e que esta fase já está superada;
- a composição da atual diretoria se deu progressivamente;
- o diagnóstico sobre a situação da *Petros* – elaborado pela *Trevisan* – deverá ser concluído na próxima semana (28/07-01/08/2003);
- têm sido realizados seminários com os participantes da *Petros* em diversas localidades, nos quais todas as entidades têm se posicionado no sentido da reabertura do *Plano Petros*.



“O caminho foi errado desde o começo. Se a idéia era a de criar segurança nos investidores, funcionou ao contrario. Gerou ações judiciais e tumulto”. Finalizou o presidente Wagner Pinheiro declarando que “Está registrada a solicitação das entidades para reabrir o Plano Petros”.

Ao iniciar o debate referente ao quarto e último item da pauta, o diretor Maurício Rubem ponderou que a AEPET deveria buscar entendimentos com a Autora da Ação, no caso a FUP, para discutir o melhor encaminhamento da questão.

O conselheiro Sydney Reis, ao responder, informou que a AEPET também já formalizou pedido de reunião com a FUP para discutir a evolução desse processo. Em prosseguimento apresentou as seguintes ponderações:

- a AEPET vem regularmente acompanhando esta ACP, assim como todas as demais ações que se refiram direta ou indiretamente à suspensão do PPV;
- inquestionavelmente os autores da ACP são a FUP e outros (14 sindicatos);
- a FUP e o outros ingressaram com a ACP absolutamente em harmonia com as reivindicações do CDPP, do qual a AEPET e a FUP são integrantes;
- a época em que a ACP foi proposta, cogitou-se, como uma das hipóteses, que a AEPET fosse a autora;
- para a presente reunião o objetivo da AEPET é discutir apenas o mérito da questão;
- a AEPET subscreveria integralmente, se fosse o caso, o requerimento de 25/06/03 no qual a FUP - baseando-se na dívida confessada da Petrobrás - reiterou que os resultados da perícia são imprescindíveis para alicerçar qualquer acordo, contrapondo-se vigorosamente ao pedido de suspensão do processo por 180 dias que fora apresentado pela Petros em 16/06/03;
- a Petros, no entendimento da AEPET, criou o seguinte paradoxo:
 - ingressou com petição (na 18ª. Vara Cível) pedindo para suspender o processo ante a possibilidade de acordo.
 - Ingressou com recurso (no Tribunal de Justiça) para suspender o processo ante o valor dos honorários periciais (de apenas R\$ 280 mil).

O presidente Wagner Pinheiro mencionou que a competência para reabertura do Plano Petros e o encerramento formal do PPV é compartilhada entre a Petrobrás e o Conselho Deliberativo da Petros. À direção da Petros cabe subsidiá-los e cumprir as deliberações. Quanto à ACP, declarou que o assunto está em análise pelo jurídico da Petros e que a manifestação da Petros será através da FUP, autora da ACP.

Retomando a palavra, o Conselheiro Sydney Reis expressou que a AEPET entendia perfeitamente que o fórum para se aprofundar o tema não seria o desta reunião, mas gostaria de registrar que o companheiro Wilson Santarosa - atual presidente do Conselho Deliberativo – ao tempo em que foi curador, lhe convenceu de que “não poderemos resolver os problemas da Petros sem se conhecer exatamente a situação”, ao justificar a necessidade ora em questionamento. Finalizou informando que a direção da AEPET, a despeito das pressões que vem sofrendo de seus associados, deliberou em sua reunião ordinária de 15/07/03, não recorrer à justiça, no que tange à reabertura do Plano Petros, por acreditar que há como resolver a questão pela negociação (criação do GT).

O diretor Maurício Rubem agradeceu à AEPET por optar pelo caminho da negociação e declarou que tem debatido a questão da auditoria judicial com o conselheiro Paulo César.

- A preocupação seria técnica ou jurídica?
- Valeria a pena gastar dinheiro para levantar déficit?

O presidente Fernando Siqueira mencionou que a auditoria judicial, dentre outros aspectos, beneficiaria a atual diretoria, como um seguro, porque levantaria as mazelas das diretorias



anteriores, que devem ser muitas e camufladas, além do que retiraria o peso atual daquelas más realizações. Poderia, inclusive, levantar, por exemplo, os 800 contratos firmados com o Escritório Caldas Pereira, que contêm valores exorbitantes e, certamente, muitas vezes superiores aos R\$ 280 mil, ora em questionamento. Finalizou afirmando que “certamente o Plano Petros tem conserto e, unidos, poderemos resgatá-lo”.

O presidente Wagner Pinheiro disse que a sua vontade e a dos diretores é a de resolver tudo o mais rapidamente possível. Citou que, em relação aos planos, espera a resposta do diretor Gabrielli para 05/09/2003; em relação ao GT, citou que existe um em funcionamento com a participação da *Petros* e da *Petrobrás* e que, se o *Conselho Deliberativo* decidir por um GT conjunto, a *Petros* irá cumprir, porque somos executores da vontade da Patrocinadora e dos participantes através do Conselho Deliberativo.

A seguir foram apresentados assuntos extra-pauta, a saber:

- O presidente Wagner Pinheiro citou a alta taxa de administração que era cobrada no caso dos empréstimos aos participantes por ocasião das renovações, que elevavam os juros a mais de 31% a.a. Hoje, a taxa de juros está mais acessível, beneficiando os participantes. O empréstimo está mais racional e de mais fácil acesso aos participantes. Muitas das soluções parecem fáceis, mas quando se tenta implantá-las, aparecem complicadores...;
- O diretor Sérgio Lyra discorreu sobre vários problemas internos de natureza administrativa, inclusive relativos ao quadro de pessoal da *Petros*, mas que se encontram em fase de equacionamento;
- O secretário geral Newton Carneiro solicitou que, se dúvidas acontecerem, que sejam conversadas antes de qualquer providência. Ampliando a transparência. A Diretoria da Petros estará aberta, como se fosse uma vitrine. A intenção é transparência total.
- O diretor Ricardo Martins, aproveitando a oportunidade, lembrou ao conselheiro Fernando Siqueira a necessidade de se definir as indicações para o *Comitê de Investimentos – COMIN*. O conselheiro Fernando Siqueira adiantou que os representantes já foram escolhidos pelo *CDPP*, com a anuência dos conselheiros Paulo César e Yvan Barretto e do Coordenador Carrara da *FUP*.
- Os Diretores da *AEPET* manifestaram-se agradecendo à direção da *Petros* pela forma como os temas foram debatidos. Ao tempo que convidaram a direção da *Petros* a se fazer representar na próxima reunião do Conselho Deliberativo da AEPET, a se realizar no próximo dia 30/08/03, na sede da Entidade.
- O presidente Wagner Pinheiro agradeceu a presença da *AEPET*, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos e finalizou afirmando “que, até o fim do ano, se terá um novo desenho do plano Petros”.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2003

Fernando Siqueira e Sydney Reis
Relatores

SR/mgf-mcl

O conteúdo desta ata foi
ratificado por todos os